

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	17
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	43
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	44
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	48
10.5 - Políticas contábeis críticas	50
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	52
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	56

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2018, tendo sido alterada pela última vez em 06 de fevereiro de 2020 (“Política de Gestão de Riscos”).

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Os principais riscos que a Companhia busca proteção são:

- a) **Estratégicos:** Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.
- b) **Operacionais:** Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.
- c) **Compliance:** Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.
- d) **Tecnologia da Informação (TI):** Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos na Companhia é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este “estabelecimento do contexto” é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO de cada unidade de negócio e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos, bem como de treinamentos na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados aos donos dos riscos, bem como aos principais fóruns de gestão da Companhia, como o Comitê

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Executivo, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos (“Apetite a Riscos”);
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;
- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos; e
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
 - Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da Companhia;
 - Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração;
 - Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
 - Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
 - Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;
 - Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
 - Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
 - Recomendar ao CA a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.
- (c) Comitê de Sustentabilidade e Diversidade:
- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;
 - Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
 - Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia;
 - Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
 - Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e
 - Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.
- (d) Diretoria Executiva (DIREX):
- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
 - Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
 - Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
 - Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.
 - Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;
 - Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;
 - Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e
 - Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.
- (e) Diretoria de Gestão de Riscos:
- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de toda a Companhia;
 - Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;
 - Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
 - Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos dos riscos;

- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e
 - Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.
- (f) Dono do risco: É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;
 - Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;
 - Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KPIs; e
 - Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.
- (g) Facilitador/Responsável: É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
 - Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;
 - Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e
 - Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.
- (h) Auditoria Interna:
- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
 - Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores-chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e
 - Reportar periodicamente ao COAUD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.
- (i) Colaboradores:
- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e
 - Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos.
- (j) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A área de Controles Internos e Gestão de Riscos revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado**

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Política de Aplicação, Captação e Câmbio, que define as principais estratégias a serem adotadas pela Companhia para mitigar os riscos de mercado, foi criada em 07 de agosto de 2006, e vem sendo revisada anualmente por sua estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Êxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de swap ou forwards em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada ou Libor + spread. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Contratos de *swap* ou *forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) *os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

De acordo com o disposto nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e CPC, os instrumentos financeiros devem ser marcados a mercado e contabilizados por este valor.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é calculado por meio da atualização do valor nominal pelas taxas do mercado futuro até a data de vencimento embutindo o spread da operação e descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Para este cálculo, a Companhia utiliza uma curva da Taxa DI projetada e uma curva de dólar futuro projetado, obtido junto à B3.

A apuração da efetividade é feita por meio da comparação da variação entre valor de mercado da dívida (objeto de *hedge*) e da posição ativa do contrato de *swap* (instrumento de *hedge*). O cálculo foi efetuado em bases contínuas e, em 31 de dezembro de 2020, o *hedge* se mostrou eficaz, uma vez que a variação ficou próxima a 100%.

(v) *se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(vi) *a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado*

O Conselho de Administração é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto a Diretoria é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento desta política.

c) *adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

A Administração avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, possui a seguinte estrutura:

- (a) Diretoria de Gestão de Riscos, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos, dando suporte para os administradores e diretores;
- (b) Área de *Compliance* para promover a cultura da ética, integridade com base nas melhores práticas de mercado visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de *Compliance* existentes e desenvolvendo planos de ação junto das áreas de negócio responsáveis, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc). ;
- (c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;
- (d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;
- (e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos e que fazem parte do escopo de avaliação da regulamentação SOX para atendimento dos requerimentos de empresas listadas na NYSE; e
- (f) Auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. A área de Controles Internos é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“SOX”), sendo esta gerida pela Diretoria de Contabilidade, que reporta ao Diretor Executivo de Finanças e Administração. Além disso, as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos, incluindo o monitoramento do atendimento aos requisitos da SOx, são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia. A área de *Compliance* da Companhia reporta ao Diretor Presidente, bem como é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, com o intuito de garantir independência da área de *Compliance* no exercício de suas atribuições. As áreas de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, são geridas pela Diretoria de Auditoria Interna.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso emitido em 2013 para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Vide áreas apresentadas no primeiro parágrafo do item 5.3 (a).

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria e reportado ao Conselho de Administração.

A Diretoria de Gestão de Riscos, com o assessoramento e suporte das áreas internas da Companhia responsáveis por questões de *compliance*, controles internos e segurança da informação, revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas, especificamente nos termos da regulamentação da CVM, pelo auditor independente:

Deficiências de controle no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

Durante a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, identificamos deficiências de controles principalmente relacionadas aos acessos lógicos (gestão de acessos), segregação de funções e monitoramento das contas dos profissionais. Vale salientar que as referidas deficiências não trouxeram qualquer impacto, registrado ou não, sobre as demonstrações financeiras da Companhia, e seus períodos comparativos.

Em nossa avaliação, as deficiências de controles internos em relação à segregação de funções nos controles gerais de TI foram corrigidas no final do ano. No entanto, não foi possível realizar testes suficientes para concluir que tais controles eram eficazes em 31 de dezembro de 2020. Em relação aos controles de acesso de TI, um software robusto já foi implementado na maioria de nossos sistemas e esperamos concluir a implementação em todos os sistemas durante 2021

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Deficiências de controle na subsidiária Éxito

As deficiências de controle na subsidiária Éxito estão relacionadas principalmente ao desenho dos controles e às evidências de controles sobre certos controles específicos. Estamos confiantes de que seremos capazes de implementar um plano de remediação que deverá estar em vigor durante 2021.

A Companhia está em processo de projetar e implementar as ações corretivas adequadas para lidar com as deficiências materiais descritas acima, com o apoio de consultores externos e a supervisão do comitê de auditoria.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiências de controle no ambiente de tecnologia da informação da Companhia

Em nossa avaliação, as deficiências de controles internos em relação à segregação de funções nos controles gerais de TI foram corrigidas no final do ano. No entanto, não foi possível realizar testes suficientes para concluir que tais controles eram eficazes em 31 de dezembro de 2020. Em relação aos controles de acesso de TI, um *software* robusto já foi implementado na maioria de nossos sistemas e esperamos concluir a implementação em todos os sistemas durante 2021

Deficiências de controle na subsidiária Éxito.

Estamos confiantes de que seremos capazes de implementar um plano de remediação que deverá estar em vigor durante 2021.

A Companhia está em processo de projetar e implementar as ações corretivas adequadas para lidar com as deficiências materiais descritas acima, com o apoio de consultores externos e a supervisão do comitê de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados, destacam-se:

- a. Código de Ética, com as principais diretrizes da Companhia, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;
- b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Análise de Risco de Terceiros; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; Atendimento a Fiscalização e Tratamento de Documentos Oficiais;
- c. Comitê de Ética do GPA, composto pelo Diretor Presidente da Companhia, pelo Diretor Executivo de Finanças e Administração, pela Diretoria de Recursos Humanos, pelo Diretor Executivo de Operações, pela Diretoria do Jurídico, pela Diretora de Auditoria Interna e pela Diretoria de Compliance;
- d. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte ao Diretor Presidente;
- e. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;
- f. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração por áreas específicas; e
- g. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A Companhia realiza, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

- a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;
- b. Comitê de Ética Corporativo e Comitês de Ética das Unidades de Negócios: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação os Comitês de Ética podem contar com a contribuição da ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;
- c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte ao Diretor Presidente;
- d. Ouvidoria: área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reporta periodicamente os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da Companhia;
- e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria;
- f. Auditoria Interna: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Diretor Presidente; e
- g. SC – Serviços Compartilhados: é responsável pela análise preliminar dos fornecedores de acordo com o risco das atividades econômicas desempenhadas, nos termos do Procedimento de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Análise de Risco de Terceiros. A área de Serviços Compartilhados reporta ao Diretor Vice-Presidente de Finanças.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética do GPA se aplica a Administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A última versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2020. O Código de Ética da Companhia e a Política Anticorrupção podem ser acessados em <http://www.gpabr.com/pt/etica-e-compliance/>.

A alta administração e os colaboradores são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia possui canal de denúncias sob a responsabilidade da Ouvidoria, área com reporte ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das ocorrências nos canais dedicados para cada Unidade de Negócio, bem como distribuição, para as Áreas Apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*) que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme respostas acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 Alterações significativas**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos que ela adotou.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (o “GPA” ou, ainda, a “Companhia”) referentes a 31 de dezembro de 2020:

- as atividades da Via Varejo S.A. (“Via Varejo”) foram tratadas como atividades descontinuadas até a conclusão da alienação da participação do GPA no capital da Via Varejo, que ocorreu em 14 de junho de 2019. Dessa forma, em 2019 a linha de operação descontinuada considera 5 meses de resultados da Via Varejo.
- as atividades da Sendas foram tratadas como atividades descontinuadas. A cisão da operação do atacarejo foi aprovada na AGE em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, em 2020 e 2019 a linha de operação descontinuada considera 12 meses de resultados do Sendas.

As vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas de forma retrospectiva a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme definido no CPC31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – “Venda de ativo não circulante e operação descontinuada”, equivalente ao IFRS5.

Em consequência dos fatos acima, os comentários a seguir não incluem o desempenho da Via Varejo e da Sendas, exceto quando indicado.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

O Grupo Éxito opera na Colômbia através das bandeiras Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax, Surtimayorista e Viva; na Argentina com as bandeiras Libertad, Mini Libertad e Paseo; e no Uruguai com as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2020, o GPA fortaleceu a sua posição como uma companhia multinegócios, multiformato e multirregião, como consequência da gestão estratégica do portfólio, do posicionamento e adequação da proposta de valor das bandeiras e da oferta de produtos e serviços alinhados às necessidades dos (as) seus (as) clientes. Com a conclusão do processo de cisão da operação de Cash & Carry, o GPA passou a concentrar 100% da sua operação no varejo alimentar. O GPA manteve a posição como a maior companhia de varejo alimentar da América do Sul, no primeiro ano completo de consolidação dos resultados do Grupo Éxito, que é líder do mercado varejista na Colômbia e Uruguai, possuindo operações também na

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Argentina.

A Companhia deu continuidade ao ajuste de seu portfólio para maior aderência às demandas de mercado, através da reforma, conversão ou abertura, totalizando 45 lojas no perímetro Brasil e outras 19 lojas no portfólio de lojas do Grupo Éxito. A Companhia continuou avançando e reforçando seu ecossistema digital através da expansão dos modelos de entrega, plataforma de marketplace GPA e lançamento do programa de coalizão Stix Fidelidade. No ano, o faturamento do e-commerce alimentar atingiu R\$ 1,1 bilhão, 3 vezes maior quando comparado ao ano de 2019 (que já apresentava forte base comparativa, com mais de 30% de avanço). No Grupo Éxito houve avanços expressivos de omnicanalidade em todos os países em que opera, com destaque para a operação online na Colômbia, que cresceu 2,7x em vendas em 2020 e aumentou a participação para 12,4% (vs 4,5% em 2019), passando a ser referência na América Latina.

O ano de 2020 se revelou como um ano de muitos desafios e uma nova realidade de vida impostos pela pandemia global. A Companhia registrou importantes avanços, mesmo em meio a um cenário econômico desafiador e de consumo impactado pela migração da população de grandes centros urbanos para regiões mais afastadas e pelos altos índices de desemprego. O faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 7,9% em relação ao ano anterior, encerrando 2020 em R\$ 31,0 bilhões. O faturamento consolidado do Grupo, considerando os resultados do Grupo Éxito, atingiu R\$ 55,7 bilhões no ano. A Companhia também registrou 92,1% de crescimento do EBITDA ajustado excluindo elementos excepcionais, que totalizou R\$ 3.920 milhões, e R\$ 1.237 milhões de lucro líquido excluindo elementos excepcionais, considerando o perímetro consolidado.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

(R\$ milhões)	CONSOLIDADO					
	31.12.2020	AV	31.12.2019	AV	31.12.2018	AV
Passivo (Circulante e Não-Circulante)	36.488	68,5%	44.926	76,8%	48.829	78,8%
Total Patrimônio Líquido	16.807	31,5%	13.549	23,2%	13.159	21,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	53.295	100,0%	58.474	100,0%	61.988	100,0%

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital do GPA para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

Endividamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R\$ milhões)	Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Dívida de Curto Prazo	(2.309)	(3.415)	(1.941)
Empréstimos e Financiamentos	(1.089)	(1.129)	(873)
Debêntures	(1.220)	(2.287)	(1.068)
Dívida de Longo Prazo	(5.831)	(10.693)	(3.347)
Empréstimos e Financiamentos	(3.453)	(1.117)	(269)
Debêntures	(3.378)	(9.576)	(3.078)
Total da Dívida Bruta	(9.140)	(14.108)	(5.289)
Caixa e Aplicações Financeiras	8.711	7.954	4.369
Dívida Líquida	(429)	(6.154)	(919)
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	2.625	4.006	3.278
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	91	66	96
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(338)	(6.087)	(824)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados/ EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	-0,1x	-1,5x	-0,3x

(1) EBITDA ajustado pré-IFRS 16 sem elementos excepcionais, acumulado dos últimos 12 meses. Para 2019 foi utilizado o EBITDA ajustado considerando 12 meses de consolidação das operações do Grupo Êxito. Em 2019 e 2018, os valores de dívida e EBITDA consideram o resultado de Sendas.

A Companhia encerrou 2020 com alavancagem de -0,1x dívida líquida/EBITDA ajustado excluindo elementos excepcionais (vs -1,5x em 2019), refletindo principalmente a desconsolidação da operação de Cash & Carry e a forte geração de caixa das operações em continuidade. A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ -338 milhões em dezembro de 2020.

A posição de caixa contabilizou R\$ 8,7 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 91 milhões, somando R\$ 8,8 bilhões em disponibilidade de recursos.

A dívida bruta diminuiu R\$ 4,968 bilhões, totalizando R\$ 9,140 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 4,6 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas médias de CDI + 1,27% a.a. e vencimento até 2023.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem ao GPA plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pelo GPA

A captação de recursos em 2020, 2019 e 2018 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; e (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures e notas promissórias; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ainda em relação a 2020, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2020, 2019 e 2018, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o GPA pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião da Diretoria, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As tabelas abaixo apresentam o endividamento do GPA junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Em R\$ milhões:*

		Consolidado			
		Taxa média	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures					
Debentures e Certificados de recebíveis de agronegócio	CDI + 1,27 % a.a.		4.596	11.863	4.146
			4.596	11.863	4.146
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
Em moeda local					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES	4,07 % a.a.		-	27	37
Capital de giro	CDI + 2,37 % a.a		2.689	1.008	238
Capital de giro	TR + 9,8 % a.a		13	99	112
Contratos de swap	CDI - 0,02 % a.a		(2)	(12)	(11)
Custo de captação			(13)	(22)	(3)
			2.687	1.100	373
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Capital de giro	USD + 2,27% a.a.		271	846	843
Capital de giro	IBR 3M+3,8%		1.534	323	-
Capital de giro Argentina	Pré: 29,43%		26	-	-
Carta de Crédito			12	12	-
Contratos de swap	CDI + 2,0 % a.a		12	(15)	(76)
Contratos de swap	IBR 3M+3,8%		1	(19)	-
Contratos de NDF			-	(1)	-
Custo de captação			(1)	(1)	-
			1.855	1.145	767
Total da dívida			9.140	14.108	5.286

Os ativos e passivos relacionados à subsidiária Via Varejo estavam em 2018 apresentados líquidos na linha de “ativos mantidos para venda” e “passivos relacionados a ativos mantidos para venda”. Os ativos e passivos do Grupo Éxito estão contemplados na tabela acima.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

Ano	Consolidado
De 1 a 2 anos	4.756
De 2 a 3 anos	1.426
De 3 a 4 anos	237
De 4 a 5 anos	230
Após 5 anos	195
Subtotal	6.844
Custos de captação	(13)
Total	6.831

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por intermediação.

Financiamento do capital de giro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O GPA e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos.

Para essas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA (dívida menos disponibilidades e contas a receber) menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2020, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Swaps

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos ou outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 2020 foi de 2,8% (5,9% em 2019 e 6,4% em 2018).

Debêntures e nota promissória

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2020, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Em R\$ milhões:*

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2020	31.12.2019
14ª Emissão de Debêntures - CDB de Certificado de recebíveis de agronegócio	Sempreferência	1.080	1.080.000	17.04/2017	13.04/2020	-	-	-	1091
15ª Emissão de Debêntures - CDB	Sempreferência	800	800.000	17.04/2018	15.04/2021	150,00% do CDI	564	451	821
16ª Emissão de Debêntures - CDB - 1ª Série	Sempreferência	700	700.000	11.09/2018	10.09/2021	162,71% do CDI	105	711	712
16ª Emissão de Debêntures - CDB - 2ª Série	Sempreferência	500	500.000	11.09/2018	12.09/2022	163,56% do CDI	1042	521	508
17ª Emissão de Debêntures - CDB	Sempreferência	2.000	2.000.000	06.04/2020	06.04/2023	CDI+ 1,45% a.a.	101	2.033	-
4ª Emissão de Notas Promissórias - CDB	Sempreferência	800	800	10.04/2019	09.04/2022	163,13% do CDI	110.594	891	849
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 1ª série	Sempreferência	50	1	04.07/2019	03.07/2020	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 2ª série	Sempreferência	50	1	04.07/2019	05.07/2021	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 3ª série	Sempreferência	50	1	04.07/2019	04.07/2022	CDI+0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 4ª série	Sempreferência	250	5	04.07/2019	04.07/2023	CDI+0,72% a.a.	-	-	258
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 5ª série	Sempreferência	200	4	04.07/2019	04.07/2024	CDI+0,72% a.a.	-	-	206
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 6ª série	Sempreferência	200	4	04.07/2019	04.07/2025	CDI+0,72% a.a.	-	-	206
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 1ª série	Sempreferência	2.000	2.000.000	04.09/2019	20.08/2020	-	-	-	1001
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 2ª série	Sempreferência	2.000	2.000.000	04.09/2019	20.08/2021	CDI+1,74% a.a.	-	-	2.044
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 3ª série	Sempreferência	2.000	2.000.000	04.09/2019	20.08/2022	CDI+1,95% a.a.	-	-	2.046
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 4ª série	Sempreferência	2.000	2.000.000	04.09/2019	20.08/2023	CDI+2,20% a.a.	-	-	2.047
Custo de captação								(9)	(82)
								4.598	11.863
Passivo circulante								1.220	2.287
Passivo não circulante								3.378	9.576

Obrigações de arrendamento mercantil

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 R2 “Arrendamento Mercantil”.

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:			
Até 1 ano	947	937	507
De 1 a 5 anos	3.053	2.936	1.956
Mais de 5 anos	4.374	4.794	3.324
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.374	8.667	5.787
Encargos futuros de financiamento	6.630	8.007	6.780
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	15.004	16.674	12.567

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas.

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas do GPA é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

conforme o caso, também prevêem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contratos de financiamento a máquinas e equipamentos (FINAME);
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (swap, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Sendas prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

(g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A Companhia concluiu o processo de venda de Via Varejo iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398 milhões, líquido do imposto de renda de R\$199 milhões e de custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas.

Em 27 de novembro de 2019, o GPA concluiu a aquisição de 96,57% do capital social da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”). Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2019 considera um mês dos efeitos de Éxito e os saldos de balanço apresentam variação em função da primeira consolidação de Éxito.

Em 31 de dezembro de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A, aprovaram a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresas.

Dessa forma, o resultado consolidado do GPA referente ao ano de 2020 e 2019, considera 12 meses de Sendas na linha de operação descontinuada.

Demonstração de Resultados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisExercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Demonstração do Resultado - Consolidado	Consolidado				
	12M20	AH 2020 x 2019	12M19	AH 2019 x 2018	12M18
R\$ - Milhões					
Receita Bruta de Vendas	55.732	78,8%	31.165	8,6%	28.693
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	51.253	77,7%	28.838	8,9%	26.490
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(37.271)	76,6%	(21.102)	11,3%	(18.953)
Depreciação e Amortização - Custo	(233)	89,9%	(123)	32,2%	(93)
Lucro Bruto	13.749	80,6%	7.613	2,3%	7.444
Despesas com Vendas	(7.755)	50,1%	(5.166)	11,0%	(4.655)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.587)	198,4%	(532)	-28,2%	(741)
Resultado de Equivalência Patrimonial	98	3831,0%	2	-91,1%	28
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(71)	-81,5%	(386)	94,0%	(199)
Total das Despesas Operacionais	(9.316)	53,2%	(6.081)	9,2%	(5.567)
Depreciação e Amortização	(1.804)	75,5%	(1.028)	15,2%	(892)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	2.630	421,9%	504	-48,8%	985
Receitas financeiras	909	157,7%	353	82,8%	193
Despesas financeiras	(1.637)	33,7%	(1.224)	11,8%	(1.095)
Resultado financeiro líquido	(728)	-16,5%	(871)	-3,4%	(902)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.902	-618,0%	(367)	-542,4%	83
Imposto de Renda e Contribuição Social	(663)	-800,2%	95	130,8%	41
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.239	-554,8%	(273)	-319,8%	124
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.086	-2,2%	1.110	-4,3%	1.160
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.325	177,5%	838	-34,7%	1.284
Participação dos Acionistas Não Controladores	147	224,6%	45	-66,5%	135
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	2.178	174,9%	792	-31,0%	1.149
EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	4.666	182,1%	1.654	-16,0%	1.970

% de Receita Líquida de Vendas

Lucro Bruto	26,8%	0,4 p.p.	26,4%	-1,7 p.p.	28,1%
Despesas com Vendas	15,1%	-2,8 p.p.	17,9%	0,3 p.p.	17,6%
Despesas Gerais e Administrativas	3,1%	1,3 p.p.	1,8%	-1,0 p.p.	2,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,2%	0,2 p.p.	0,0%	-0,1 p.p.	0,1%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	0,1%	-1,2 p.p.	1,3%	0,5 p.p.	0,8%
Total de despesas Operacionais	18,2%	-2,9 p.p.	21,1%	0,1 p.p.	21,0%
Depreciação	3,5%	-0,1 p.p.	3,6%	0,2 p.p.	3,4%
EBIT	5,1%	3,4 p.p.	1,7%	-2,0 p.p.	3,7%
Receitas (Desp) Financeiras Líquidas	1,4%	-1,6 p.p.	3,0%	-0,4 p.p.	3,4%
Lucro antes do I.R	3,7%	2,4 p.p.	1,3%	1,0 p.p.	0,3%
Imposto de Renda	1,3%	1,0 p.p.	0,3%	0,1 p.p.	0,2%
Lucro Líquido da Companhia	4,5%	1,6 p.p.	2,9%	-1,9 p.p.	4,8%
Partic. Não controladores	0,3%	0,1 p.p.	0,2%	-0,3 p.p.	0,5%
Lucro líquido	4,3%	1,6 p.p.	2,7%	-1,6 p.p.	4,3%
EBITDA	9,1%	3,4 p.p.	5,7%	-1,7 p.p.	7,4%

AH = Análise Horizontal

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos

EBITDA AJUSTADO e EXCLUINDO ELEMENTOS EXCEPCIONAIS

EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	4.666	182,1%	1.654	-16,0%	1.970
Outras Despesas Operacionais	(71)	-81,5%	(386)	94,0%	(199)
Elementos excepcionais	818	n.a.	-	n.a.	481
EBITDA Ajustado e Excluindo elementos excepcionais	3.920	92,1%	2.040	20,9%	1.688

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Em 2020 houve o reconhecimento de elementos excepcionais que impactaram o lucro líquido do GPA em R\$ 941 milhões, sendo:

- (i) **R\$ 834 milhões na receita líquida e no lucro bruto** referentes a créditos fiscais decorrentes do trânsito em julgado da ação de CBD relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins (R\$ 994 milhões) e baixa de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

créditos fiscais referentes à MP do Bem após decisão do STF (R\$ -160 milhões);

(ii) **R\$ -17 milhões na linha de despesas com vendas** relacionadas à baixa de diversos créditos tributários;

(iii) **R\$ 536 milhões no resultado financeiro, sendo R\$ 580 milhões** referentes à atualização monetária dos créditos fiscais relativos ao trânsito em julgado da ação de CBD relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins e uma despesa de R\$ 44 milhões relacionada à renegociação dos acordos de financiamento com os credores decorrente da cisão de Sendas, conforme fato relevante publicado em novembro;

(iv) **R\$ -412 milhões no imposto de renda** composto por R\$ -338 milhões relacionados a 25% de alíquota de IR sobre os itens (i), (ii) e (iii) acima e R\$ -74 milhões relacionados à cisão de Sendas (tributação de ganhos diferidos na aquisição de Sendas).

A tabela a seguir demonstra esses efeitos em cada linha do resultado:

Elementos excepcionais	Consolidado		
	2020	2019	Δ
(R\$ milhões)			
Receita Bruta			
Receita Líquida	834		
Lucro Bruto	834		
Margem Bruta	1,2 p.p.		
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(17)		
% da Receita Líquida	-0,3 p.p.		
Resultado da Equiv. Patrimonial			
Outras Despesas e Receitas Operacionais			
EBITDA Ajustado	818		
Margem EBITDA Ajustada	1,4 p.p.		
Resultado Financeiro Líquido	536		
% da Receita Líquida	1,1 p.p.		
Imposto de Renda	(412)		
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	941		
Margem Líquida Controladores Consolidado	1,8 p.p.		
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	941		
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	1,8 p.p.		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado 2020 excluindo elementos excepcionais**

Excluindo elementos excepcionais	Consolidado ⁽¹⁾		
(R\$ milhões)	2020	2019	Δ
Receita Bruta	55.732	31.165	78,8%
Receita Líquida	50.419	28.838	74,8%
Lucro Bruto	12.915	7.613	69,6%
Margem Bruta	25,6%	26,4%	-0,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(9.326)	(5.698)	63,7%
% da Receita Líquida	18,5%	19,8%	-1,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	98	2	3831,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(71)	(386)	-81,5%
EBITDA Ajustado⁽²⁾⁽³⁾	3.920	2.040	92,1%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾⁽³⁾	7,8%	7,1%	0,7 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(1.264)	(871)	45,1%
% da Receita Líquida	-2,5%	-3,0%	0,5 p.p.
Imposto de Renda	(250)	95	n.d.
Lucro dos Acionistas Controladores Consolidado	1.237	792	56,1%
Margem Líquida Controladores Consolidado	2,5%	2,7%	-0,2 p.p.
Lucro Líquido - Controladores - op. em continuidade	151	(285)	n.d.
Margem Líquida - Controladores - op. em continuidade	0,3%	-1,0%	1,3 p.p.

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil (Multivarejo), outros negócios (Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery), as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina) e o resultado da Cdiscount (na linha de equivalência patrimonial). (2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização; (3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Receita líquida

A receita líquida do GPA totalizou R\$ 51,253 bilhões em 2020. Excluindo os elementos excepcionais totalizou R\$ 50,419, aumentou de 74,8% em relação a 2019. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Brasil, seus negócios complementares (James Delivery, Stix Fidelidade e Cheftime) e as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina).

- ✓ GPA Brasil: as vendas líquidas apresentaram evolução de 6,3% em relação a 2019, excluindo elementos excepcionais em 2020. Os principais destaques em 2020 foram a maturação dos nossos modelos de lojas que foram ajustadas/remodeladas nos últimos 2 anos (Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem e novo conceito do Extra Hiper) e a evolução da operação de e-commerce alimentar, reforçando a adesão da nossa estratégia multiformato, multicanal e multirregião.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- ✓ Grupo Êxito: receita líquida de R\$ 22,0 bilhões em 2020. Resultado reflete o sólido avanço da omnicanalidade em todos os países, robusto desempenho na operação de varejo da Colômbia e contribuição dos formatos inovadores (Wow e FreshMarket).

Lucro Bruto

Em 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 13,749 bilhões. Excluindo os elementos excepcionais alcançou R\$ 12,915 aumento de 69,6% em relação a 31 de dezembro de 2019. A margem bruta atingiu 25,6%, patamar 0,8 p.p. inferior a 2019. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: O lucro bruto totalizou R\$ 7,4 bilhões excluindo os elementos excepcionais, aumento de 5,4% vs 2019, e atingiu margem bruta de 26,1%, refletindo principalmente um menor nível de quebra e a estratégia adotada ao longo do ano em relação a ativações comerciais mais segmentadas por perfil de cliente
- ✓ Grupo Êxito: lucro bruto de R\$ 5,5 bilhões, refletindo uma menor contribuição dos negócios complementares do grupo em função da pandemia, enquanto houve uma melhor performance da operação de varejo.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 9,343 bilhões. Excluindo os elementos excepcionais, alcançaram R\$ 9,326 bilhões em 2020, crescimento de 63,7% vs 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, à contabilização do período de 12 meses inteiro para o Grupo Êxito em 2020 comparado a um mês de contabilização em 2019. Como % da receita líquida, as despesas apresentaram maior diluição, passando de 19,8% em 2019 para 18,5% em 2020 excluindo elementos não excepcionais em 2020. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 5,4 bilhões excluindo elementos excepcionais em 2020, aumento de 0,6% em relação a 2019. Houve forte diluição de 1,1 p.p. para 18,9% sobre a receita líquida. O resultado reflete o contínuo controle de despesas da Companhia e a melhoria da produtividade operacional em lojas e CDs.
- ✓ Grupo Êxito: despesas com vendas, gerais e administrativas de R\$ 3,8 bilhões em 2020. Como % da receita líquida foi de 17,3% em 2020 vs 17,9% em 2019, demonstrando o contínuo controle de despesas do Grupo.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de uma despesa de R\$ 386 milhões em 2019 para uma despesa de R\$ 71 milhões em 2020. A diminuição está relacionada principalmente com as receitas provenientes da reorganização societária (cisão de Sendas) e do ganho de capital das operações de sale and leaseback realizadas ao longo do ano.

Depreciação e Amortização

Em 2020, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 1,804 bilhão, representando um aumento de 75,5% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 1,028 bilhão em 2019. Esse aumento foi devido,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente, à contabilização do período de 12 meses inteiro para o Grupo Éxito em 2020 comparado a um mês de contabilização em 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2020, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 728 milhões. Excluindo os elementos excepcionais alcançou R\$ 1,263 bilhão, representando 2,5% da receita líquida (redução de 0,5 p.p. vs 2019). O resultado reflete a redução da média do CDI de 5,9% em 2019 para 2,8% em 2020, com efeito tanto na receita quanto na despesa financeira.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R\$ 2,178 bilhões em 2020. Excluindo os elementos excepcionais totalizou R\$ 1,237 bilhão, aumento de 56,1% em relação a 2019. O aumento se deu principalmente pelo incremento de R\$ 436 milhões nas operações em continuidade da Companhia.

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018***Receita líquida***

A receita líquida do GPA aumentou 8,9% em 2019, passando de R\$ 26,490 bilhões em 2018 (R\$ 26,445 bilhões excluindo os elementos excepcionais) para R\$ 28,838 bilhões em 2019. As receitas de 2019 são provenientes das operações do GPA Brasil, do Grupo Éxito e de Outros negócios da companhia (James Delivery e Cheftime), e em 2018 apenas do GPA Brasil.

- ✓ GPA Brasil: as vendas líquidas excluindo os elementos excepcionais apresentaram evolução de 0,8% em relação a 2018. O ano de 2019 mostrou-se desafiador para o GPA Brasil, com a retomada da economia mais lenta do que esperado ao longo do ano. Um dos pilares estratégicos de destaque em 2019 foi a aceleração da otimização do portfólio de lojas, mais aderente às necessidades dos consumidores, com melhoras expressivas de desempenho nos formatos Pão de Açúcar G7, Mercado Extra, Compre Bem, Proximidade e e-commerce alimentar, garantindo uma melhor oferta de produtos e serviços e fortalecendo o poder de escolha dos clientes.
- ✓ Grupo Éxito: receita líquida de R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2019.

Lucro Bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R\$ 7,613 bilhões, aumento de R\$ 169 milhões ou 2,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, esse aumento seria de R\$ 214 milhões. A margem bruta atingiu 26,4%, patamar 1,7 p.p. inferior a 2018, excluindo os efeitos não recorrentes de 2018. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: O lucro bruto totalizou R\$ 7,0 bilhões, 5,3% menor que 2018 excluindo os efeitos não recorrentes de 2018, e atingiu margem bruta de 26,3% (vs 28,0% em 2018 excluindo os efeitos não recorrentes),

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente em função dos investimentos de competitividade ao longo do ano em todos os formatos.

- ✓ Grupo Êxito: lucro bruto de R\$ 609 milhões em dezembro de 2019

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 5,396 bilhões em 2018 para R\$ 5,698 bilhões em 2019, crescimento de 5,6%, inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou diluição, passando de 20,4% em 2018 para 19,8% em 2019. Os destaques por negócio foram:

- ✓ GPA Brasil: as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 5,3 bilhões, redução de 1,3% em relação a 2018, resultado da continuidade da disciplina no controle das despesas, com destaque para as despesas de marketing, com maior utilização dos meios digitais e renegociação dos contratos de serviços gerais.
- ✓ Grupo Êxito: despesas com vendas, gerais e administrativas de R\$ 323 milhões em dezembro de 2019.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 199 milhões em 2018 para R\$ 386 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de reestruturação e despesas com a integração dos ativos América Latina.

Depreciação e Amortização

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 1,028 bilhão, representando um aumento de 15,2% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 892 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2019, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 871 milhões, representando 3,0% da receita líquida, patamar 0,4 p.p. inferior ao de 2018. Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 5,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Êxito.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA consolidado no ano totalizou R\$ 792 milhões em 2019, uma redução de 31,0% em relação a 2018.

Balanco Patrimonial

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial – Ativo Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
CONSOLIDADO								
(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Ativo Circulante	17.641	33,1%	-11,7%	19.968	34,1%	-51,1%	40.849	65,9%
Caixa e equivalentes de caixa	8.711	16,3%	9,5%	7.954	13,6%	82,1%	4.369	7,0%
Contas a Receber	686	1,3%	-5,6%	727	1,2%	89,2%	384	0,6%
Estoques	6.536	12,3%	-24,3%	8.631	14,8%	46,1%	5.909	9,5%
Tributos a recuperar	983	1,8%	-41,9%	1.692	2,9%	149,2%	679	1,1%
Ativos mantidos para venda	109	0,2%	-51,2%	223	0,4%	-99,2%	29.018	46,8%
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	616	1,2%	-16,9%	741	1,3%	65,8%	447	0,7%
Ativo Não Circulante	35.654	66,9%	-7,4%	38.507	65,9%	82,2%	21.139	34,1%
Contas a receber	5	0,0%	858,9%	1	0,0%	-87,1%	4	0,0%
Tributos a recuperar	3.100	5,8%	14,7%	2.702	4,6%	-1,6%	2.745	4,4%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	na	-	0,0%	-100,0%	44	0,1%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	-100,0%	337	0,6%	13,0%	298	0,5%
Partes relacionadas	154	0,3%	47,5%	104	0,2%	207,0%	34	0,1%
Depósitos judiciais	563	1,1%	-29,2%	795	1,4%	2,4%	776	1,3%
Despesas antecipadas e outros ativos não circulantes	891	1,7%	133,3%	382	0,7%	163,4%	145	0,2%
Investimentos	4.889	9,2%	33,6%	3.660	6,3%	1541,3%	223	0,4%
Imobilizado	19.888	37,3%	-18,1%	24.290	41,5%	72,9%	14.052	22,7%
Intangíveis	6.164	11,6%	-1,2%	6.236	10,7%	121,3%	2.818	4,5%
TOTAL DO ATIVO	53.295	100,0%	-8,9%	58.474	100,0%	-5,7%	61.988	100,0%

Balanco Patrimonial – Passivo Consolidado

PASSIVO								
CONSOLIDADO								
(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
Passivo Circulante	18.483	34,7%	-20,1%	23.135	39,6%	-38,5%	37.587	60,6%
Fornecedores	11.424	21,4%	-23,3%	14.887	25,5%	61,0%	9.246	14,9%
Passivo de arrendamento	947	0,02	1,1%	937	0,02	84,8%	507	0,8%
Empréstimos e financiamentos	1.089	2,0%	-9,3%	1.201	2,1%	31,5%	913	1,5%
Debêntures e notas promissórias	1.220	2,3%	-46,6%	2.287	3,9%	114,1%	1.068	1,7%
Salários e encargos sociais	897	1,7%	-8,5%	980	1,7%	42,9%	686	1,1%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	585	1,1%	10,3%	531	0,9%	43,4%	370	0,6%
Dividendos propostos	556	1,0%	231,9%	168	0,3%	194,0%	57	0,1%
Financiamento por compra de ativos	100	0,2%	-56,8%	231	0,4%	55,2%	149	0,2%
Partes relacionadas	194	0,4%	-9,5%	214	0,4%	47,9%	145	0,2%
Receitas a apropriar	297	0,6%	-18,7%	365	0,6%	46,2%	250	0,4%
Passivos sobre ativos mantidos para venda	-	0,0%	-100,0%	0	0,0%	-100,0%	23.876	38,5%
Outros passivos circulantes	1.174	2,2%	-12,0%	1.333	2,3%	316,6%	320	0,5%
Passivo Não Circulante	18.005	33,8%	-17,4%	21.791	37,3%	93,8%	11.242	18,1%
Passivo de arrendamento	7.427	13,9%	-3,9%	7.730	13,2%	46,4%	5.280	8,5%
Empréstimos e financiamentos	3.464	6,5%	206,6%	1.130	1,9%	259,8%	314	0,5%
Debêntures e notas promissórias	3.378	6,3%	-64,7%	9.576	16,4%	211,1%	3.078	5,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.034	1,9%	-13,4%	1.195	2,0%	128,4%	523	0,8%
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	248	0,5%	-34,0%	376	0,6%	-20,2%	471	0,8%
Partes relacionadas	168	0,3%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Provisão para demandas judiciais	1.386	2,6%	6,2%	1.305	2,2%	5,7%	1.235	2,0%
Receitas a apropriar	19	0,0%	-26,0%	26	0,0%	97,6%	13	0,0%
Provisão para perda de investimento em associadas	591	1,1%	52,9%	386	0,7%	38,5%	279	0,5%
Outros passivos não circulantes	291	0,5%	328,8%	68	0,1%	38,5%	49	0,1%
Patrimônio Líquido	16.807	31,5%	24,0%	13.549	23,2%	3,0%	13.159	21,2%
Capital social	5.434	10,2%	-20,8%	6.857	11,7%	0,5%	6.825	11,0%
Reservas de capital	479	0,9%	7,3%	447	0,8%	8,2%	413	0,7%
Reservas de lucros	6.091	11,4%	72,6%	3.530	6,0%	15,3%	3.062	4,9%
Outros resultados abrangentes	1.691	3,2%	1483,1%	107	0,2%	na	(66)	-0,1%
Participação de acionistas não controladores	3.112	5,8%	19,3%	2.608	4,5%	-10,8%	2.925	4,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.295	100,0%	-8,9%	58.474	100,0%	-5,7%	61.988	100,0%

31 de dezembro de 2020 x 31 de dezembro de 2019

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 8,711 bilhões, um aumento de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

757 milhões em relação a 2019, principalmente relacionado à variação cambial sobre o caixa de R\$587 milhões, maior geração de caixa compensada pela desconsolidação de Sendas em 31 de dezembro de 2020. As disponibilidades representavam 16,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 13,6% em 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 686 milhões, uma redução de R\$ 41 milhões em relação ao saldo de 2019. Esta variação é decorrente de maior saldo de cartões de créditos, compensado pela desconsolidação de Sendas.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo diminuiu em 41,9%, passando de R\$ 1.692 bilhão em 2019 para R\$ 983 milhões. A variação de R\$ 709 milhões negativa, associada ao acréscimo do saldo de impostos a recuperar no longo prazo de R\$ 398 milhões, resultou em um aumento total de impostos a recuperar de R\$ 311 milhões, considerando o curto e longo prazo. A variação está relacionada principalmente ao processo de desconsolidação do Sendas.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas antecipadas e outras contas a receber diminuíram 16,9%, passando de R\$ 741 milhões em 2019 para R\$ 616 milhões, variação de R\$ 125 milhões, em função principalmente de contas a receber de seguradoras, desconsolidação do Sendas e outros efeitos menos relevantes.

Estoques

Em 2020, os estoques diminuíram 24,3% ou R\$ 2,095 bilhões, passando de R\$ 8,631 bilhões em 2019 para R\$ 6,536 bilhões, principalmente em função da desconsolidação do Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, os estoques representavam 12,3% do ativo total e 14,8% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ 4,321 bilhões em 2019 para R\$ 4,713 bilhões em 2020. O aumento de R\$ 393 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 509 milhões das despesas antecipadas e outros ativos não circulantes. Em 31 de dezembro de 2020, estas contas representavam 8,8% do ativo total e 7,4% em 31 de dezembro de 2019.

Investimentos

Em 2020, os investimentos aumentaram 105,4%, passando de R\$ 609 milhões em 2019 para R\$ 1,250 bilhão. Este aumento se deve principalmente à remensuração da parcela detida na FIC no valor de R\$ 573 milhões. Em 31 de dezembro de 2020 os investimentos representavam 2,3% do ativo total e 1% de 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Propriedades para Investimentos**

Em 2020, os investimentos aumentaram 19,3%, passando de R\$ 3,051 bilhões em 2019 para R\$ 3,639 bilhões. Deste aumento, o valor de R\$ 708 milhões deve se principalmente ao processo de conversão de moeda das propriedades de investimento do Grupo Éxito. Em 31 de dezembro de 2020 as propriedades para investimentos representavam 6,8% do ativo total, e 5,2% em 31 de dezembro de 2019.

Imobilizado

Em 2020, o imobilizado diminuiu 18,1% passando de R\$ 24,290 bilhões em 2019 para R\$ 19,888 bilhões. Esta diminuição de R\$ 4,402 bilhões é representada por R\$ 4,204 bilhões de adição, R\$ 1,396 bilhão de remensuração do direito de uso, R\$(2,253) bilhões de depreciação, R\$(1,460) bilhão de baixa, R\$ (23) milhões de provisão para *impairment*, R\$ 121 milhões de incorporação e R\$ (7,477) bilhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado representava 37,3% do ativo total em comparação a 41,5% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 6,517 bilhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 7,071 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

Intangíveis

Em 2020, os ativos intangíveis apresentaram uma diminuição de 1,2%, passando de R\$ 6,236 bilhões em 2019 para R\$ 6,164 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos intangíveis representavam 11,6% do ativo total em comparação a 10,7% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de intangíveis consideram o direito de uso no valor de R\$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 603 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo**Circulante****Fornecedores**

O passivo com fornecedores passou de R\$ 14,887 bilhões em 2019 para R\$ 11,424 bilhões em 2020. Essa diminuição de R\$ 3,463 bilhões ocorreu principalmente pela desconsolidação do saldo de Sendas. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo com fornecedores representava 21,4% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 25,5% em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, diminuíram 9,3%, passando de R\$ 1,201 bilhão em 2019 para R\$ 1,089 bilhão. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 2% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 2,1% em 31 de dezembro de 2019.

Em 2020, os empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumentaram R\$2,334 bilhões, passando de R\$ 1,130 bilhão em 2019 para R\$ 3,464 bilhões. Esses empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures, representavam 6,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,9% em 31 de dezembro de 2019.

Em relação as debêntures de longo prazo, em 2019 tinham saldo de R\$ 9,576 bilhões e reduziram para R\$ 3,378 bilhões em 2020, ou R\$ 6,198 milhões. Essa redução se refere substancialmente a desconsolidação do Sendas. As debêntures de longo prazo representavam 6,3 % do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 16,4% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento – curto prazo e longo prazo

Em 2020, o passivo de arrendamento de curto prazo aumentou 1,1%, passando de R\$ 937 milhões em 2019 para R\$ 947 milhões. O passivo de arrendamento de curto prazo representava 1,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, e 1,6% em 31 de dezembro de 2019. Já o passivo de arrendamento de longo prazo diminuiu 3,9% em 2020, passando de R\$ 7,730 bilhões em 2019 para R\$ 7,427 bilhões. O passivo de arrendamento de longo prazo, representava 13,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, e 13,2% 31 de dezembro de 2019.

O saldo do passivo de arrendamento, somando-se curto e longo prazo, diminui R\$ 293 milhões. Os novos contratos e a remensuração do passivo de arrendamento foi compensada pela desconsolidação do Sendas no valor de R\$ 2,776 bilhões

Salários e encargos sociais

Em 2020, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas diminuiu R\$ (83) milhões, passando de R\$ 980 milhões em 2019 para R\$ 897 milhões, cuja variação é principalmente em função da desconsolidação do Sendas de R\$ (371) milhões compensada pela depreciação do Real frente ao Peso Colombiano.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,7 % do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2019.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2020, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 10,3%, passando de R\$ 531 milhões em 2019 para R\$ 585 milhões. O aumento se deu principalmente pelo maior saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar no Éxito.

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos, taxas e contribuições representavam 1,1% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,9% em 31 de dezembro de 2019.

Não Circulante**Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos diminuíram 13,4%, passando de R\$ 1,195 bilhão em 2019 para R\$ 1,034 bilhão. Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 1,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar em 31 de dezembro de 2019.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2020, os impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 34,0%, passando de R\$ 376 milhões em 2019 para R\$ 248 milhões, em decorrência de quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos parcelados representavam 0,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

Em 2020, a provisão para demandas judiciais aumentou 6,2%, passando de R\$ 1,305 bilhão em 2019 para R\$ 1,386 bilhão, relacionamento ao provisionamento de casos tributários, parcialmente compensado pelas reversões.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas judiciais representava 2,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 2,2% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 2020, o patrimônio líquido aumentou 24%, passando de R\$ 13,549 bilhões em 2019 para R\$ 16,807 bilhões. As principais movimentações foram: (i) lucro líquido de R\$ 2,326 bilhões; (ii) variação cambial de investimento no exterior de R\$ 2,145 bilhões; (iii) cisão parcial de ativos (Sendas) de R\$ (1,432) bilhão, (iv) constituição de reserva de opções outorgadas de R\$ 64 milhões; (v) dividendos de R\$ (515) milhões, (vi) valor justo na permuta de ativos de R\$ 694 milhões, (vii) dividendos declarados aos minoritários do Grupo Êxito de R\$ (143); (viii) valor justo das opções de compra da subsidiária Disco de R\$ (102) milhões e (ix) efeito de conversão de economia hiperinflacionária de R\$ 225 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido representava 31,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 23,2% em 31 de dezembro de 2020.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

31 de dezembro de 2019 x 31 de dezembro de 2018**Ativo****Circulante****Caixa e equivalentes de caixa**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 7,954 bilhões, um aumento de R\$ 3,585 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 3,150 bilhões, e a um ganho nas atividades de financiamento em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 13,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 7,0% em 31 de dezembro de 2018.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 727 milhões, um aumento de R\$ 343 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 303 milhões.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo aumentou 149,2%, passando de R\$ 679 milhões em 2018 para R\$ 1,692 bilhão, sendo que R\$ 417 milhões se referem ao saldo do grupo Êxito. Este saldo de curto prazo, associado a uma diminuição de R\$ 43 milhões no longo prazo resultou em um aumento total de R\$ 970 milhões. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas principalmente ao registro dos créditos de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$ 382 milhões no ano de 2019.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 65,8%, passando de R\$ 447 milhões em 2018 para R\$ 741 milhões, variação de R\$ 294 milhões, em função principalmente da consolidação do Grupo Êxito que impactou em R\$ 256 milhões.

Estoques

Em 2019, os estoques aumentaram 46,1% ou R\$ 2,722 bilhões, passando de R\$ 5,909 bilhões em 2018 para R\$ 8,631 bilhões. Considerando o crescimento, R\$ 2,418 bilhões refere-se a Êxito, sendo que o restante da variação ocorreu principalmente em função do aumento no estoque de Sendas para suportar o forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,8% do ativo total e 9,5% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ 4,046 bilhões em 2018 para R\$ 4,321 bilhões em 2019. O aumento de R\$ 275 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 237 milhões das despesas antecipadas e outros ativos não circulantes, sendo que, desse montante, R\$ 120 milhões refere-se à consolidação do Grupo Êxito. Em 31 de dezembro de 2019, estas contas representavam 7,4% do ativo total e 6,5% em 31 de dezembro de 2018.

Investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, os investimentos totalizaram R\$ 609 milhões comparado a R\$ 203 milhões em 2018, um aumento de R\$ 406 milhões. Este aumento se deve principalmente ao saldo dos investimentos do Grupo Êxito em suas subsidiárias, no montante de R\$ 459 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos representavam 1,0% do ativo total, e 0,3% em 31 de dezembro de 2018.

Propriedades para investimentos

Em 2019, os investimentos totalizaram R\$ 3,051 bilhões comparado a R\$ 20 milhões em 2018, um aumento de R\$ 3,031 bilhões. Este aumento se deve principalmente às propriedades para investimento do Grupo Êxito, com saldo de R\$ 2,863 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos representavam 5,2% do ativo total, e 0,03% em 31 de dezembro de 2018.

Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 72,9%, passando de R\$ 14,052 bilhões em 2018 para R\$ 24,290 bilhões. Este aumento de R\$ 10,238 bilhões é representado por: (i) R\$ 3,268 bilhões de adição, (ii) R\$ 832 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 R2, (iii) R\$ 8,496 bilhões da aquisição do Grupo Êxito, (iv) R\$(1,376) bilhão de depreciação, (v) R\$(674) milhões de baixa, (vi) R\$ 141 milhões de ajuste de conversão de Êxito e (vii) R\$ (237) milhões de operações descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 41,5% do ativo total em comparação a 22,7% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 7,071 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 4,431 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

Intangíveis

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R\$ 3,418 bilhões, passando de R\$ 2,818 bilhões em 2018 para R\$ 6,326 bilhões. A evolução está relacionada principalmente à primeira consolidação do Grupo Êxito, cujo saldo era de R\$ 3,418, bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 10,7% do ativo total em comparação a 4,5% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de intangíveis consideram o direito de uso no valor de R\$ 836 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 899 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R\$ 9,246 bilhões em 2018 para R\$ 14,887 bilhões em 2019. Essa variação de R\$ 5,641 bilhão ocorreu principalmente pela consolidação do Grupo Êxito com saldo de R\$ 5,208 bilhões e pelo aumento do saldo de Sendas em função do crescimento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo com fornecedores representava 25,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

comparação a 14,9% em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, aumentaram 31,5%, passando de R\$ 913 milhões em 2018 para R\$ 1,201 bilhão em 2019. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 2,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,5% em 31 de dezembro de 2018.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo, aumentou R\$ 8,821 bilhões, principalmente relacionado à captação de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para aquisição do Grupo Êxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 294 milhões, passando de R\$ 686 milhões em 2018 para R\$ 980 milhões, cuja variação é principalmente em função da consolidação do Grupo Êxito, com impacto de R\$ 293 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,1% em 31 de dezembro de 2018.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 43,4%, passando de R\$ 370 milhões em 2018 para R\$ 531 milhões. O aumento se deu principalmente pela consolidação do Grupo Êxito, que impactou em R\$ 220 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,6% em 31 de dezembro de 2018.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram R\$ 672 milhões passando de R\$ 523 milhões em 2018 para R\$ 1,195 bilhão, em função principalmente da aquisição do Êxito R\$ 747 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 2,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% em 31 de dezembro de 2018.

Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados

Em 2019, os impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 20,2%, passando de R\$ 471 milhões em 2018 para R\$ 376

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões, em decorrência da quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos parcelados representavam 0,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% de 31 de dezembro de 2018.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 5,7%, passando de R\$ 1,235 bilhão em 2018 para R\$ 1,305 bilhão, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Êxito.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 2,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,0% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio Líquido

Em 2019, o patrimônio líquido aumentou 3%, passando de R\$ 13,159 bilhões em 2018 para R\$ 13,549 bilhões. As principais movimentações foram: (i) venda da Via Varejo com efeito de R\$ 3,278 bilhões; (ii) aquisição do Grupo Êxito no valor de R\$ 2,556 bilhões; (iii) lucro líquido de R\$ 836 milhões; (iv) variação cambial de investimentos no exterior de R\$ 214 milhões; (v) dividendos de R\$ (194) milhões e (v) juros sobre capital próprio no valor de R\$ (174) milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido representava 23,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 21,2% em 31 de dezembro de 2018.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado operacional e financeiro*****(a) Resultados das nossas operações, em especial:******(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita***

As receitas do Grupo são provenientes das operações do GPA Consolidado, composto pelo GPA Brasil, Grupo Éxito e Outros negócios. As receitas líquidas estão demonstradas na tabela abaixo em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Receita Líquida (R\$ milhões)	2020	2019	2018
Consolidado	51.253	28.838	26.490
Brasil	29.219	26.687	26.490
Varejo	29.170	26.654	26.490
Outros⁽¹⁾	49	33	-
Grupo Éxito	22.034	2.151	-
Colômbia	17.062	1.694	-
Uruguai	3.746	350	-
Argentina	1.226	107	-

(1) Inclui as operações de iniciativas mais recentes como James Delivery, Cheftime e Stix Fidelidade.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(a) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

Em 2020 a Companhia conclui o processo da cisão parcial do Sendas, conforme descrito no item (b) (iii)

(a) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(i) Cheftime

Em 2019, a Companhia adquiriu o controle da Cheftime, que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos da empresa (representando cerca de R\$1 milhão) e as considerações pela aquisição foram mensuradas e concluídas durante 2019.

(ii) Aquisição Almacenes Éxito (“Grupo Éxito”)

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas, com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R / IFRS 3R.

A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R\$113 reais por ação.

Em 23 de julho de 2019, foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas autorizasse o lançamento de uma oferta pública (“OPA”) com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R\$21,68 reais na data da aquisição).

Em continuidade a transação, em 12 de setembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

divulgados.

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019)).

O Grupo Éxito opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

(iii) Cisão parcial Sendas

Com o objetivo de liberar o pleno potencial dos negócios de Cash & Carry (Atacarejo) e varejo tradicional da Companhia, permitindo que operem de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento a cada um dos negócios, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A (Sendas), realizada em 31 de dezembro de 2020, a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresa, que compreende:

- i) Incorporação do acervo cindido por Sendas em favor da Companhia, cujo valor contábil líquido foi de R\$9.591 em 31 de dezembro de 2020, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito (“Participação Éxito”) pelo valor contábil de R\$9.565 e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas (“Ativos Operacionais”) com acervo líquido de R\$20. A transação não gerou impacto no consolidado, pois Éxito era controlada indireta da CBD.
- ii) Permuta de ativos onde Sendas cedeu para a Companhia 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito pelo valor contábil de R\$914 mediante a cessão para Sendas de: (i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. (“Bellamar”), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”), que totalizam o valor de R\$195 (ii) e imóveis, que totalizaram R\$ 25. Adicionalmente, o efeito de R\$694 no patrimônio líquido da Companhia relacionado a transação de permuta foi registrado em resultados acumulados. Nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos do CPC 36 / IFRS 10 “Demonstrações Consolidadas”, em virtude da desconsolidação de Bellamar, foi reavaliada a parcela anteriormente detida ocasionado no reconhecimento da mais valia no montante de R\$573.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- iii) Cisão da totalidade do investimento detido pela Companhia em Sendas, cujo valor contábil líquido foi de R\$1.432 em 31 de dezembro de 2020, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.
- iv) Os efeitos no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2020 da Companhia, como resultado da desconsolidação da subsidiária Sendas, estão sumariados no quadro abaixo:

	<u>Sendas</u>
	<u>31.12.2020</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.532
Clientes	182
Outras Contas a Receber	34
Estoques	3.739
Tributos Correntes a Recuperar	768
Instrumentos financeiros derivativos	57
Outros ativos circulantes	36
Total do ativo circulante	8.348
Partes relacionadas	178
Impostos a recuperar	866
Depósitos judiciais	134
Instrumentos Financeiros	11
Investimentos	769
Imobilizado	7.477
Intangível	1.038
Total do ativo não circulante	10.473
Total do ativo	18.821
Fornecedores	5.057
Obrigações sociais e trabalhistas	371
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	528
Empréstimos e Financiamentos	2.119
Arrendamento Financeiro	172
Receitas Antecipadas	227
Financiamento por compra de ativos	34
Outros passivos circulantes	153
Total do passivo circulante	8.661
Empréstimos e Financiamentos	5.711
Arrendamento Financeiro	2.604
Passivos com Partes Relacionadas	41
Provisão para demandas judiciais	281
Receitas a apropriar	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82
Outros Passivos não circulantes	8
Total do passivo não circulante	8.728
Total do passivo	17.389

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Total do patrimônio líquido	1.432
Total do passivo e patrimônio líquido	18.821

b) dos eventos ou operações não usuais**(i) Venda da subsidiária Via Varejo**

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.

Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3.

Dentro deste novo contexto, na mesma reunião o Conselho de Administração, autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social, por meio de uma transação de TRS (Total Return Swap) com instituição financeira de primeira linha (nota 17.10 das demonstrações financeiras), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. Este contrato foi liquidado ao fim de fevereiro de 2019.

O Conselho de Administração aprovou no dia 20 de fevereiro de 2019 a celebração de novo contrato de TRS, autorizando a alienação de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo.

As operações de TRS não implicam na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo.

A Companhia concluiu o processo de venda iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300 milhões, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398 milhões, líquido do imposto de renda de R\$199 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança de práticas contábeis no ano de 2020. A última mudança de prática contábil significativa está descrita abaixo.

CPC 06 (R2) - Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

Não há itens que alterem significativamente as demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019, exceto para os efeitos da aplicação do CPC 31/ IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, CPC 47/ IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes, CPC – 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil.

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e o CC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2016, com impactos nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, balanços patrimoniais, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Os efeitos em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 54 milhões no resultado e R\$ 250 milhões no patrimônio líquido. Além de uma reclassificação para fins do CPC 47 aumentando o custo das mercadorias vendidas e diminuindo as despesas com vendas e administrativas em R\$ 285 milhões em 2017 e R\$279 milhões em 2016.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa do CPC 06 (R2) / IFRS16 como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A Companhia considerou os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS16 no tocante o uso da taxa incremental nominal, à inclusão dos impostos incidentes sobre os pagamentos de arrendamento e o prazo de benfeitorias em imóveis de terceiros em que foram consideradas as benfeitorias significativas individualmente por contrato sobre a decisão de extensão do prazo contratual razoavelmente certo. Caso o Grupo tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,7%. O prazo médio dos contratos considerados é de 13,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,5% com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesA Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 Políticas contábeis críticas**Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 ou de 31 de dezembro de 2019.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado em um cenário anterior ao início da pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia reserva-se no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos para o GPA consolidado, incluindo o Grupo Êxito, para o ano de 2021 totaliza R\$ 1,5 bilhão, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; (ii) inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, marketplace, last milers e novos CD's; (iii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência; e (iv) *real estate*.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do nosso fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, notas promissórias e monetização de ativos maduros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2020, “Contrato de Compra e Venda de Ativos, com Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva” com Cia Beal de Alimentos e a West Capital Administração de Bens Ltda., visando à, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, transferência, por parte da Companhia, dos pontos comerciais e demais ativos de 4 lojas da Companhia situadas na cidade de Curitiba/PR. A operação foi devidamente apresentada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), onde aguarda tramitação.

Ademais, conforme divulgado em Fato Relevante no dia 05 de março de 2020, a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de “Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície” (“Instrumento”). O Instrumento tinha por objeto a venda de 43 imóveis do GPA, localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Pernambuco, Piauí e Paraíba e no Distrito Federal (“Imóveis”), pelo valor total de R\$ 1.245.885.000,00, observado que as partes celebrarão contratos de locação para cada um dos Imóveis, na data de fechamento da transação, cujos termos já estão definidos em minutas anexas ao Instrumento.

Sem prejuízo das demais disposições do Instrumento, conforme divulgado pela Companhia em Fatos Relevantes datados de 29 de maio de 2020, 29 de junho de 2020, 22 de julho de 2020 e 31 de agosto de 2020, as partes concordaram em excluir da operação quatro imóveis de valor não relevante para o volume total, de modo que o Instrumento passou a tratar da alienação de 39 imóveis ao todo.

Dentre os imóveis que são objeto do contrato, o GPA concluiu a venda da seguinte maneira: 5 na primeira tranche (29 de maio de 2020), 7 na segunda tranche (29 de junho de 2020), 16 na terceira tranche (22 de julho de 2020) e 11 na quarta tranche (28 de agosto de 2020).

Desta forma, o GPA finalizou com sucesso o processo de venda de imóveis para os Fundos TRX, conforme operação global comunicada ao mercado através do Fato Relevante divulgado no dia 05 de março de 2020, totalizando 39 imóveis vendidos na modalidade sale and leaseback, por um valor total de R\$ 1.183.347.566,44.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um contrato de venda de 4 propriedades na modalidade de Sale and Leaseback para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$255, dos quais R\$235 foram recebidos em 2020. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 15 anos para essas quatro lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia foi informado do lançamento pelo Grupo Casino de trabalhos preparatórios para potencial aumento de capital da Cdiscount, subsidiária direta da Cnova, na qual a Companhia detém 34,17% do capital social. Essa operação tem como objetivo habilitar o Cdiscount a acelerar seu plano de crescimento e pode também incluir uma oferta secundária de ações detidas pelo Grupo.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.